

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.138 - MG (2019/0282935-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : RENILTON DOS SANTOS DE JESUS
ADVOGADO : DANIEL BARROS DE OLIVEIRA GONDIM - MG179976N
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **RENILTON DOS SANTOS DE JESUS** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, em 21/4/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006. Posteriormente, o Juiz sentenciante lhe concedeu a liberdade provisória, porém vinculada com medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal (e-STJ, fls. 50-52).

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada.

No presente recurso, a defesa alega, em suma, ausência de fundamentação na aplicação das medidas cautelares impostas.

Aduz que "A decisão simplesmente se limita a dizer que não é caso de relaxamento de prisão e revela que as circunstâncias do crime não são graves, motivo pelo qual não comportaria uma prisão preventiva. Após, concede liberdade provisória para o recorrente e aplica várias medidas cautelares sem fundamentar os motivos pelos quais achou necessária sua aplicação." (e-STJ, fl. 106)

Requer, assim, a revogação das medidas cautelares decretadas em desfavor do recorrente.

Liminar indeferida (e-STJ, fl. 128).

Foram prestadas informações (e-STJ, fls. 131-158).

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso em *habeas corpus* (e-STJ, fls. 162-164).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece provimento.

A Lei n. 12.403/2011 alterou significativamente dispositivos do Código de Processo Penal, notadamente os arts. 319 e 320, nos quais se estabeleceu a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de permitir ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, estabelecer a medida mais adequada.

No caso, o Tribunal de origem manteve a aplicação das medidas cautelares diversas, determinadas pelo Juízo de primeiro grau, pelos seguintes fundamentos:

"[...]

Segundo consta no APFD, policiais militares realizavam patrulhamento no centro de Belo Horizonte, MG, quando abordaram o paciente e com ele encontraram 07 (sete) pinos de cocaína e 01 (uma) bucha de maconha, além de R\$ 100,00 (cem reais) em

dinheiro.

Renilton foi então preso em flagrante delito.

É possível extrair dos elementos de informação juntados aos autos prova da materialidade delitiva e indícios suficientes da autoria, principalmente do auto de prisão em flagrante delito e do exame preliminar de constatação da natureza e da quantidade de drogas apreendidas (ordem 03).

Pois bem.

O impetrante pleiteia pela revogação das medidas cautelares impostas por ausência de fundamentação.

No entanto, sem razão.

É notório que as medidas cautelares diversas da prisão, assim como a segregação preventiva, se revestem de caráter excepcional no nosso ordenamento jurídico, por atingir direitos fundamentais, como a liberdade e a dignidade da pessoa humana.

Devido a isso, o Código de Processo Penal estabelece que para a imposição das medidas cautelares diversas da prisão, a decisão judicial deve ser motivada, mediante análise da sua necessidade e adequação, nos termos do seu art. 282, incisos I e II.

No caso, foram fixadas as seguintes medidas cautelares:

1-COMPARECIMENTO MENSAL PERANTE A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DESTE JUÍZO PELO PRAZO DE 6 MESES, situada na Rua Além Paraíba, 31, Bonfim, devendo o autuado comparecer na referida equipe para primeiro atendimento em até três dias após sua liberação, para informar e justificar suas atividades; 2-COMPROMISSO DE COMPARECIMENTO A TODOS OS ATOS DO INQUÉRITO E AÇÃO PENAL QUE VIER A SER INSTAURADA, devendo comunicar previamente o Juízo competente se alterar o endereço; 3- RECOLHIMENTO DOMICILIAR NOTURNO DURANTE OS DIAS ÚTEIS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 22:00 HORAS E 06:00 HORAS DO DIA SEGUINTE; E RECOLHIMENTO DOMICILIAR EM PERÍODO INTEGRAL AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS; 4- MONITORAÇÃO ELETRÔNICA PARA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DA CAUTELAR SUPRA. PELO PRAZO DE 6 (SEIS) MESES, se outro não for estabelecido nos autos do inquérito policial ou da ação penal que eventualmente vier a ser instaurada.

Ao contrário do que alega o impetrante, não se verifica, neste momento, nenhum constrangimento ilegal. **A imposição de medidas cautelares se mostra necessária na garantia da ordem pública, principalmente pela gravidade concreta dos fatos, em tese, praticados pelo paciente, evidenciada pela quantidade e variedade de drogas encontradas com ele.**

Ressalte-se que foram encontrados com o paciente 07 (sete) microtubos de cocaína, com peso de 9,2 gramas e 01 (um) invólucro de plástico de maconha, com peso de 1,8 gramas (ordem 03, fl. 03).

Quanto às alardeadas condições pessoais favoráveis do paciente, é pacífico na doutrina e jurisprudência que a presença delas não obsta a segregação cautelar dos réus, desde que a prisão encontre fundamento no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Isso porque, mesmo que a situação pessoal seja favorável, outros

fatores externos à pessoa dos réus podem ensejar a cautela, como a gravidade do delito, em tese, cometido. Não podem, em nenhuma hipótese, valerem-se eles das condutas até então ilibadas para a obtenção automática de um benefício que é mera expectativa de direito e que será atingido se, e somente se, preenchidos os demais requisitos.

Assim, a manutenção das medidas cautelares é medida que se impõe, nos termos do artigo 282, incisos I e II, do Código de Processo Penal, para resguardar a ordem pública, diante da gravidade concreta do crime, em tese, cometido pelo paciente.

Por todo o exposto, DENEGO A ORDEM." (e-STJ, fls. 74-80; sem grifos no original)

Ao contrário da tese da defesa, não há que se falar em ausência de fundamentação na imposição das medidas cautelares elencadas, especialmente porque o paciente, preso em flagrante na posse de 7 microtubos de cocaína (9,2g) e 1 invólucro de plástico de maconha (1,8g), confessou que comprou a droga para 'fazer dinheiro' (e-STJ, fl. 12).

Nesse contexto, parece razoável a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, inclusive o recolhimento domiciliar noturno, dada a necessidade de garantia da ordem pública.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. ORDEM CONCEDIDA.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. [...]

3. A apreensão isolada de 7,59 g de crack, sem maiores indicativos de prática reiterada do comércio espúrio (registro anterior da prática de crime da mesma espécie, apreensão de balança de precisão ou de outros apetrechos para o tráfico etc.), não justifica a imprescindibilidade da custódia ante tempus, como única providência cabível, de modo que as medidas cautelares diversas são suficientes para proteger o bem ameaçado pela irrestrita e plena liberdade do réu.

4. Ordem concedida para, confirmada a liminar, substituir a prisão preventiva do paciente por comparecimento periódico em juízo, proibição de ausentar-se da comarca sem autorização judicial e recolhimento domiciliar no período noturno, nos termos do voto" (HC 422.860/SP, rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, j. 27/2/2018, DJe 8/3/2018.)

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS IMPOSTAS. RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE

CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, *ex vi* do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - Sob tal contexto, a Lei n. 12.403/2011 estabeleceu a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de permitir ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, estabelecer a medida mais adequada.

III - Na hipótese, ao analisar a prisão em flagrante da recorrente, o magistrado estabeleceu, fundamentadamente, as medidas contidas no art. 319, incisos I, V e IX do CPP, sendo a última posteriormente revogada. Assim, em relação ao pedido de afastamento da medida cautelar de monitoramento eletrônico, o presente recurso encontra-se prejudicado. Por outro lado, não havendo elementos que indiquem, de maneira inequívoca, a possibilidade de revogação das demais, a manutenção destas é medida que se impõe.

Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido" (RHC 71.790/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 18/10/2016, DJe 14/11/2016.)

Dessa forma, a manutenção das medidas cautelares impostas pelo magistrado de primeiro grau e mantidas pelo Tribunal de origem é medida que se impõe.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator